

# Género e educação: de assimetrias à relativa paridade

Manuel Carlos Silva  
Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS)  
Instituto de Ciências Sociais  
Universidade do Minho

## 1. Introdução: o problema

Não obstante as consideráveis alterações nas últimas décadas, nomeadamente na sociedade portuguesa, no sentido do tratamento político-jurídico legal igualitário de homens e mulheres e de se verificar uma notável diminuição das desigualdades de género, estas, quer vistas numa perspectiva diacrónica, quer consideradas numa abordagem sincrónica, são ainda uma realidade operante na vida quotidiana.

As desigualdades de género manifestam-se em vários aspectos e sectores da vida social, ainda que alguns dos seus mecanismos políticos e ideológicos nem sempre sejam manifestos, ocultando-se não raro sob razões ‘naturais’, ‘biológicas’. Embora o grau de constrangimento para explicar as desigualdades de género se mantenha uma questão polémica, as desigualdades de género manifestam-se em certos aspectos da vida familiar e, em particular, no controlo do poder doméstico, predominantemente masculino, e sobretudo na divisão sexual do trabalho, nas oportunidades de emprego e nas remunerações, nos modos de residência, nos sistemas de herança e casamento, nas concepções sobre a sexualidade, no binómio honra-vergonha, entre outros (cf. Silva 1998).

Incidindo o presente texto nas desigualdades de género na educação, a questão que se coloca pode enunciar-se do seguinte modo: como compreender e explicar o recorrente fenómeno histórico da relativa desqualificação escolar da mulher em relação ao homem? A partir de quando se verifica, senão uma inversão desta situação, pelo menos uma diminuição das desigualdades no esfera educacional, concretamente no caso português? Quais as razões e os efeitos e implicações deste processo?

Recentemente foi finalizado um projecto<sup>1</sup> sobre (des)igualdades de género no trabalho e na vida familiar, para o qual, entre outros métodos e técnicas, foi aplicado um inquérito a nível do Portugal continental com base numa amostra aleatória tendo em conta a situação de activo-não activo, rural-urbano e diversas outras variáveis como sexo, profissão, habilitação, idade. Assim, após um breve enquadramento teórico, procuramos, com base nos resultados deste inquérito, dar conta das assimetrias de género na educação, assim como da evolução positiva neste domínio, não obstante nem sempre o aumento de qualificações entre as mulheres nem sempre se traduzir em posições de liderança e de poder na economia, na sociedade e nas instituições.

### 1.1 Breve enquadramento teórico

Diversas têm sido as abordagens socio-políticas perante este problema social tornado também um problema sociológico, sobre o qual têm incidido diversos olhares teórico-metodológicos.

---

<sup>1</sup> O projecto, aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/SDE/72257/2006) e intitulado “(Des)igualdades de género no trabalho e na vida privada: entre as leis e as práticas sociais”, foi coordenado por Manuel Carlos Silva, director do Centro de Investigação em Ciências Sociais e com a colaboração de outros investigadores de outros centros de investigação no país, a saber, Luisa Lima do Centro de Investigação e Intervenção Social (CIIS) do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, de José Manuel Sobral do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Fernando Bessa Ribeiro da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Helena Araújo do Centro de Investigação e Intervenção Educativa da Universidade do Porto. Este texto, extraído, na parte empírica, do relatório de que fui principal redactor e responsável, teve, na rubrica relativa às desigualdades na educação, alguma colaboração da colega Helena Araújo, a quem devo agradecer algumas sugestões e referências.

Uma das concepções correntes da discriminação sexual assentaria numa visão socio-biológica, a qual tende a veicular a ideia preconcebida que, enquanto o homem seria um ser mais activo e agressivo, mais predisposto ao combate público e ao sucesso, a mulher deteria uma construção biológica mais passiva e orientada para a procriação e o cuidado da casa. Uma tal posição ideológica patriarcal e social-darwinista pretende, em última instância, justificar o tradicional domínio do mais forte social e politicamente: o homem. Se é inegável que certos traços físicos e fenotípicos específicos acompanham de modo indelével respectivamente homens e mulheres, eles têm dado todavia lugar a representações e categorizações que não têm fundamento, a não ser como modos de legitimação e dominação masculinas. A mencionada compartimentação entre o formal e o informal, sobrevalorizando a esfera pública em detrimento da doméstica tida por periférica e banal, insere-se na estratégia patriarcal de revalorizar o masculino como o quadro activo, racional, universal e primordial de referência e desvalorizar o feminino como elemento passivo, afectivo, particular, secundário, derivado.<sup>2</sup>

Uma outra explicação (pseudo)teórica, amiúde aduzida, assenta numa linha de interpretação freudiana, segundo a qual as diferenças do género centrar-se-iam, ao fim e ao cabo, na posse ou na ausência do pénis. Na perspectiva libertária de Freud (1975), o núcleo verdadeiro e autêntico da personalidade humana residiria no inconsciente (*id*), ou seja, no instinto libidinal que, enquanto pulsão de vida e princípio do prazer, estaria em confronto com o princípio da realidade expresso no *superego*. O predomínio do princípio da realidade com todo o acervo de normas repressivas comportaria a negação do *eros*, do instinto libidinoso, enquanto princípio do prazer. Se os rapazes seriam induzidos a recalcar os seus impulsos libidinosos para com a mãe, as meninas seriam constringidas a refrear a sua tendência erótica para com o pai e a identificar-se com a mãe.

À concepção freudiana reagiram, e com razão, diversas feministas para quem a identificação e construção do género, envolve, não apenas uma realidade biológica – que, de resto, não se reduz aos órgãos genitais nem se concentra apenas na fase de Édipo -, mas envolve uma construção social na qual intervêm várias componentes não biológicas. E, em relação à própria masculinidade, esta, adquirida à custa da separação da mãe, implicaria não um valor acrescentado mas uma perda emocional marcante.

Uma outra variante psicológica consiste em explicar a génese e o desenvolvimento da identidade e dos comportamentos masculinos e femininos pelos contextos de socialização familiar e escolar com os seus respectivos códigos normativos masculinos e femininos.

Por seu turno, também a sociologia se tem ocupado desta questão, embora com interpretações diferentes. Na óptica estrutural-funcionalista, numa versão mais elaborada e de cariz predominantemente axio-normativo, as diferenças biológicas e anatómicas dos órgãos sexuais masculinos e femininos são convertidas e erigidas em elemento constituinte das diferenças de género, pretendendo assim justificar ideologicamente a dominação masculina. Pertence à concepção estruturo-funcional (cf. Parsons 1956) em torno da família a velha e recorrente distinção entre a função instrumental levada a cabo pelo homem, tradicionalmente considerado o ganha-pão da família, e a função expressiva exercida pela mulher no âmbito doméstico, vista como o pólo afectivo-emocional dedicado ao cuidado do lar, do marido e dos filhos, ficando a mulher arredada dos processos de trabalho extradomésticos e de participação social e política na esfera pública.

Às visões estruturo-funcionais que tendem a atribuir ao sistema o diferenciado conjunto de papéis masculinos e femininos, contrapõem-se as perspectivas interaccionistas e simbólico-valorativas (cf. Goffman 1974) que procuram trazer para primeiro plano não os invisíveis constrangimentos estruturais mas a presença dos actores sociais, ora masculinos ora femininos, as suas recíprocas

---

<sup>2</sup> Cf. Amâncio (1994). Como ilustrativo deste tipo de pensamento veja-se, por exemplo, a metáfora bíblica da formação da mulher a partir de uma costela do homem. Para maior desenvolvimento destas categorizações e representações binárias não só diferenciadas como assimetricamente construídas em base hierárquica e desigual, cf. nomeadamente Costa (1992:119) e Amâncio (1993:130 ss).

interacções, a negociação dos papéis, a partilha das experiências e vivências, as quais são decisivas para definir e construir a própria identidade, ora masculina ora feminina.

Outros(as) ainda realçam a importância do modelo organizacional e de poder em que os homens, detendo as alavancas do poder em vários níveis e instituições desde as centrais as locais e familiares, tendem a perpetuar-se nas instâncias de decisão em prejuízo das mulheres que detêm, em regra, um papel subordinado: em casa, na escola, no trabalho, na vida política, posição esta partilhada por uma considerável parte das feministas (cf. Roberts 1984). Esta linha explicativa remete-nos basicamente para a concepção weberiana centrada na análise das relações de autoridade e poder no seio dos grupos domésticos e sua articulação com a organização societal e a configuração dos diversos grupos sociais (cf. Weber 1978:359, 365 ss). Esta posição é também subscrita por Bourdieu (1972:1120, 1980:238, 320 ss), segundo o qual as relações de autoridade e poder no interior das famílias pressupõem a existência de concorrência geradora de tensões e conflitos que ameaçam a unidade e a coesão domésticas. Porém, no quadro do modelo de poder o autor que representou um especial suporte para as próprias teorias feministas foi de longe Foucault (1994) que mostra como operam, a nível infraestatal, comunitário e doméstico, os mecanismos de poder quase invisíveis mas eficazes.

A posição marxista tem tradicionalmente assumido que as assimetrias sexuais se devem basicamente às desigualdades de classe e, no mundo de hoje, ao sistema capitalista. À desigualdade sexual subjaz a divisão sexual do trabalho como uma das formas da divisão social do trabalho, a qual, embora variável consoante o modo de produção dominante, constitui a base de explicação das desigualdades sociais inclusive das desigualdades de género. Há, porém, a destacar entre os fundadores do marxismo o avanço de alguns elementos teóricos relevantes em torno da divisão sexual do trabalho e, em particular, a dimensão histórica em relação à origem e à evolução da exploração e dominação da mulher que, segundo Engels (1980), prender-se-ia, por sua vez, com a origem da propriedade privada e do Estado.

Quanto às abordagens feministas, importa diferenciar várias tendências desde o feminismo liberal que se situa numa óptica jurídico-política até ao feminismo radical que, rejeitando a perspectiva marxista em torno do conceito prioritário da exploração e dominação de classe, sustenta como primeiro conceito explicativo da diferenciação sexual o conceito central do género e das correspondentes contradições socio-históricas centradas na dominação e, eventualmente, na exploração da mulher por parte do homem com toda a série de representações e estereótipos socialmente construídos.

Cada vez mais, porém, a linha mais fecunda de forma a superar as contradições de classe e de género, será mais uma vez a perspectiva marxista e weberiana. É, nesta linha que Roberts (1984) e Hartman (1982), cruzando várias influências desde weberiana a marxista, sustentam que o poder da mulher varia em função do grau de disposição sobre recursos e recompensas, do modo e da medida de participação no processo produtivo, do grau de mobilidade e presença/ausência de hierarquização de papéis sexuais na divisão do trabalho, sendo esta última variável um factor que, ao ser integrado na teoria das desigualdades sociais, exige, segundo Garnsey (1982:427), uma reconceptualização das teorias da estratificação e das classes sociais.

A aquisição de recursos escolares por parte das mulheres e sua crescente inserção no mercado de trabalho representa uma mudança qualitativa não só na economia, na sociedade e na política como nas relações entre homens e mulheres. Neste sentido, assumimos que, se o nível diferenciado de educação, entre outros, tem constituído um factor nuclear na reprodução e na discriminação sexual da mulher, sobretudo até aos anos 80 e 90 do século passado, também ele poderá constituir uma alavanca de redução de desigualdades sexual não só no trabalho e nos diversos sectores da esfera pública, como na própria vida familiar e privada.

### 3. Desigualdades de género na educação

As desigualdades de género na educação são desde há algumas décadas objecto de estudo, constituindo portanto um campo relativamente recente. Vários estudos foram demonstrando a existência de uma desigualdade no concenrente ao acesso e ao sucesso escolar e, em particular, em termos sobretudo da discriminação do sexo feminino nos percursos escolares. Esta desigualdade ocorria num país onde a implementação da escolaridade básica universal passou por momentos de difícil consolidação. As declarações legais de escolaridade obrigatória datam da primeira metade do século XIX mas o documento legal que procura focar a sua atenção na escolarização tanto de rapazes como de raparigas surge na parte final do século (Araújo 2000). As elevadas taxas de analfabetismo mantêm-se durante parte do século XX (em 1971 rondavam os 75%, sendo as das mulheres mais elevadas). Esta situação condicionou as tendências de escolarização das gerações posteriores, colocando Portugal na cauda da Europa (Sebastião, 1998).

Importa, no entanto, assinalar que se têm registado a partir do 25 de Abril de 1974 um conjunto de transformações assinaláveis, entre as quais crescente escolarização da população, o que tem constituído nos últimos anos uma das prioridades das políticas educativas numa tentativa de aproximação aos padrões da comunidade europeia. Ainda que se constate o investimento na elevação dos níveis de escolaridade, este processo tem sido caracterizado por um não cumprimento de todas as metas formuladas (Almeida e Vieira, 2006). Apesar disso, Portugal consegue em três décadas e de forma acelerada elevar a escolaridade dos indivíduos, primeiramente no 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico e, mais recentemente, no 3º Ciclo e no Ensino Superior.

Como já se assinalou, num passado recente eram as mulheres as mais afectadas pela fraca democratização do ensino superior, constatando-se que

"muitas raparigas com estudos acima da escolaridade obrigatória ficavam-se pelo fim do ensino secundário, pouco frequentavam a formação profissional e as poucas que o faziam deparavam-se com uma oferta formativa maioritariamente dirigida às profissões tradicionalmente masculinas. Pretendendo ou não aceder a um emprego, a probabilidade de as mulheres o conseguirem era, por essas razões, bastante reduzidas" (Chagas e Perista, 2010:194).

A partir da década de 1980, promoveram-se esforços de modo a atenuar as disparidades entre homens e mulheres na educação e no emprego. Na década de 1990 assiste-se a uma presença mais significativa de mulheres no ensino superior, apesar de se continuarem a verificar áreas de estudo nas quais as mulheres estão menos representadas, como em Arquitectura (31%) e Engenharia (44%), no ano lectivo de 1996-97 (Chagas e Perista, 2010). Dados relativos a 2004 apontavam já para uma taxa de feminização de 65,9% no ensino superior (*ibidem*). No que diz respeito ao aproveitamento, e de acordo com dados referentes a 2007/2008, observam-se taxas mais elevadas de mulheres diplomadas no ensino superior quer de mestrado quer mesmo de doutoramento (Araújo, 2010).

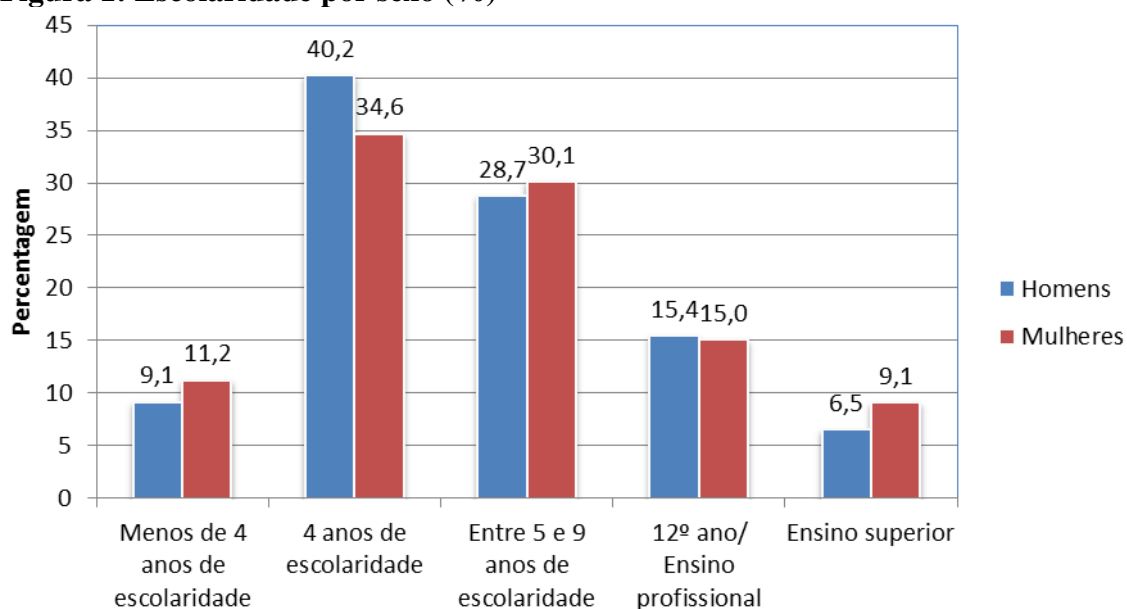
O panorama geral, na restante Europa, é de que as mulheres detêm níveis de escolaridade superiores às dos homens (Eurostat, 2005). A variável idade interfere bastante na compreensão destes dados, uma vez que, se examinarmos as mulheres de um nível etário superior, verificamos que se passa, de forma geral, o contrário. Tal fenómeno está simultaneamente relacionado com a crescente feminização das universidades europeias e a importância de um diploma na redução das desigualdades de género no acesso ao emprego. O investimento na carreira profissional revela-se preponderante para as mulheres mais jovens, sendo que o nível educacional é explicativo de um menor ou maior envolvimento das mulheres no trabalho. Mas passemos agora para a análise das características educacionais da amostra e as suas semelhanças ou diferenças com as da população portuguesa.

### 3.1 Escolaridade por sexo e escalões etários

Uma variável relevante de caracterização da amostra é a que se refere à distribuição global dos inquiridos por grau de instrução. Segundo os dados do inquérito, constata-se a presença, ainda que baixa, de pessoas analfabetas (3,4%). Estas, somadas a pessoas que, embora sabendo ler e escrever, não completaram a 4ª classe, perfazem uma não desprezável taxa de 10,2%. Porém, o grosso das pessoas inquiridas situa-se nos escalões baixos ou intermédios de escolaridade – 1º ciclo básico, 2º e 3º ciclo –, os quais somam 66,7%, o que é indicativo de uma população pouco qualificada, sendo a moda o 1º ciclo básico.

O ensino secundário é possuído por 14% dos respondentes, os quais, agregados aos 1,2% de indivíduos possuidores de curso profissional ou médio, completam 15,2%. Por fim, as pessoas detentoras de curso superior, pós-graduação e mestrados perfazem 7,8%, contrariando a ideia de estarmos perante a massificação do ensino superior. Cruzando a idade, ou mais precisamente, os escalões etários por sexo, obtemos os seguintes resultados:

**Figura 1: Escolaridade por sexo (%)**

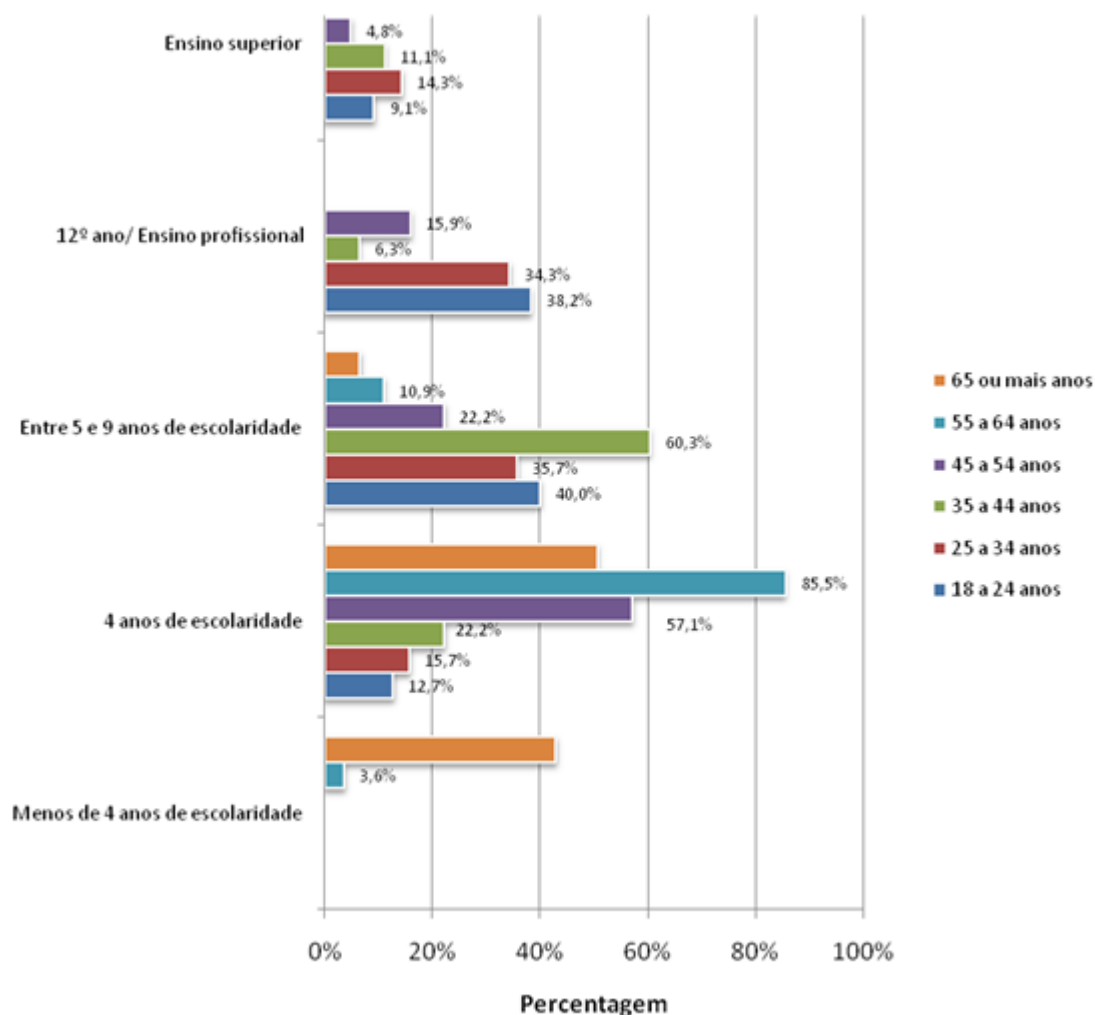


Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 Homens; 419 Mulheres)

Salvo a categoria dos indivíduos com 4 anos de escolaridade em que se verifica uma vantagem dos homens sobre as mulheres (40% vs 35%), mais frequente nas categorias etárias mais velhas, assinala-se que nas demais ou se verifica um empate ou um ligeiro predomínio das mulheres na escolaridade, mais presente entre as gerações mais jovens. Tal tendência corrobora a tese de feminização do ensino secundário e ensino superior. Vejamos que dados relativos ao ano lectivo de 2007/2008 apontam para uma taxa de feminização do ensino secundário fixada nos 52,6% e de ensino superior situado nos 53,5% (Araújo, 2010). Estudos centrados nestas questões (Costa e Machado, 2007; Araújo, 2010) admitem que são as mulheres que ingressam maioritariamente nas universidades, sendo também elas que acabam com maior sucesso os seus cursos.

Se cruzarmos os escalões de idade com a escolaridade dos inquiridos, obtemos os seguintes resultados:

**Figura 2: Escolaridade por escalões etários: homens (%)**

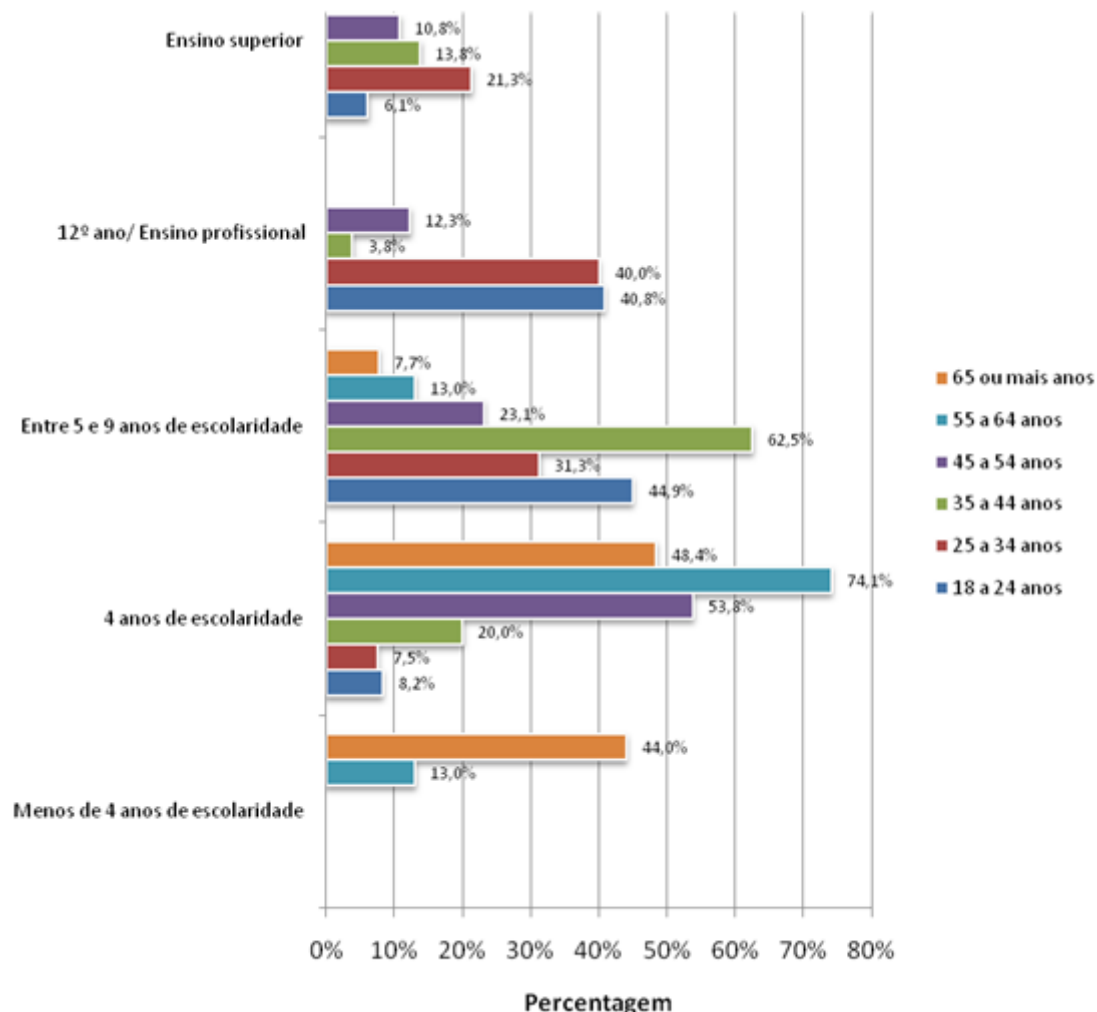


Fonte: IDG, 2011; N=383

Da figura 2 se infere que os detentores do diploma do ensino superior se situam menos nos escalões mais idosos (4,8%) e mais nos escalões intermédios (11,1%) e sobretudo nos escalões mais jovens, a saber, dos 18 aos 34 anos, com 23,4%. A reduzida proporção de idosos com formação superior pode ser explicada por condicionantes estruturais, em particular, o fechamento socioeconómico que vigorava durante o regime ditatorial português no acesso à educação. O mesmo se pode dizer e com mais expressão sobre quem detenha o 12º ano ou curso profissional - 72,5% vs versus 22,2% detido por escalões mais velhos. Entre o 5º e o 9º ano situam-se pessoas em escalões etários intermédios, embora haja também uma relativa dispersão por outros escalões. Neste caso, deparamo-nos com um segmento populacional que usufruiu de circunstâncias de democratização do ensino superior, o que reflecte as taxas mais elevadas de escolarização.

Cruzando a escolaridade das mulheres por escalões etários, obtemos a seguinte distribuição:

**Figura 3: Escolaridade por escalões etários: mulheres (%)**



Fonte: IDG, 2011; N=419

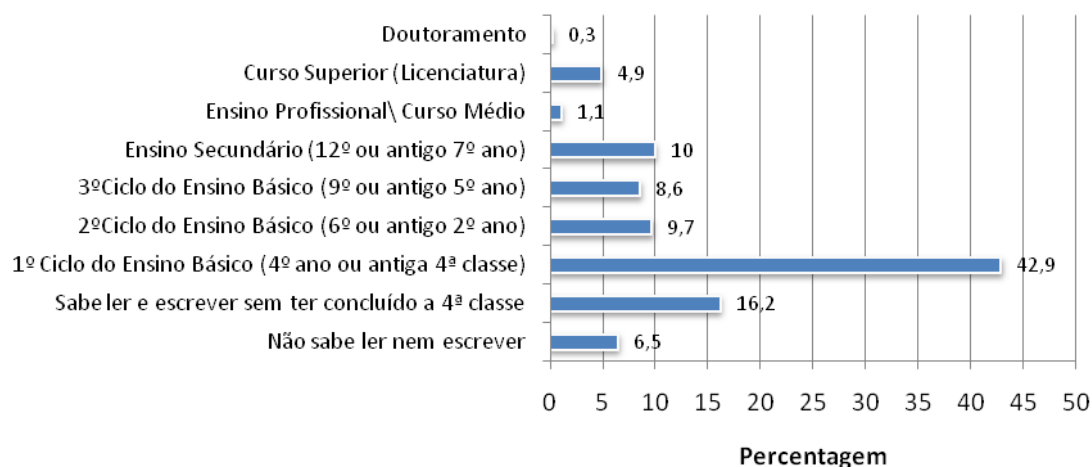
Na figura 3 pode ler-se uma relação semelhante à encontrada na escolaridade com os escalões etários masculinos: constatámos que as detentoras do diploma do ensino superior se situam mais nos escalões menos idosos, com forte presença nos escalões intermédios e sobretudo nos escalões mais jovens, a saber, dos 18 aos 34 anos. Em todo o caso, relativamente às mulheres que detêm o 12<sup>a</sup> ano ou curso profissional, apesar de haver uma boa expressão, ela não é tão acentuada como nos homens. Entre o 5<sup>o</sup> e o 9<sup>o</sup> ano situam-se pessoas em escalões etários intermédios e superiores (entre os 35 e 44 anos, embora também entre jovens). Por fim, com 4 anos de escolaridade e sobretudo com menos de 4 anos de escolaridade, sobressaem de longe as categorias etárias mais idosas dos 55 anos e sobretudo com mais de 65 ou mais anos. Estes dados levam a concluir que quanto mais se ascende nos escalões etários, menos mulheres qualificadas em habilitações e, vice-versa, quanto mais jovens maiores níveis de habilitação possuem as cidadãs inquiridas.

Esta tendência contrária aquela observada nas faixas etárias mais idosas, onde maioritariamente as mulheres são menos escolarizadas que os homens. Porém, as mulheres que nasceram depois de 1955 mostram já um trajecto escolar muito diferenciado das anteriores, contribuindo para a situação verificada em 2001, a escolaridade das mulheres na faixa etária dos 25-34 anos é claramente superior no ensino secundário e superior (Resende e Vieira, 2003).

### 3.2 A escolaridade das gerações dos pais dos inquiridos

Quanto à escolaridade do pai dos inquiridos, analisando-a pelos níveis ou escalões de escolaridade, constatamos que, salvo 5,1% que detêm o diploma de ensino superior e 11,1% que completaram o 12º ano ou um curso profissional, a grande maioria têm baixa ou baixíssima qualificação: 18,3% entre 5 a 9 anos, 42,9% com 4 anos de escolaridade e 22,6% com menos de 4 anos de escolaridade. Estes dados extraídos da base de dados do projecto indicam que estes resultados são elucidativos de um volume considerável de baixas qualificações, o mesmo se comprovando com uma outra figura mais específica dos níveis de escolaridade dos inquiridos:

**Figura 4: Escolaridade do pai (%)**

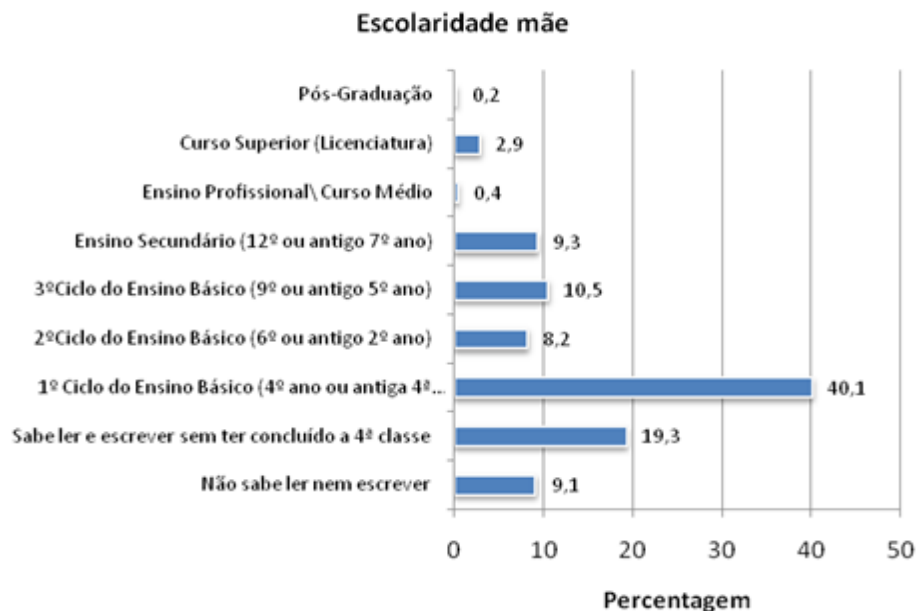


Fonte: IDG, 2011; N=371

Tal como se pode depreender da figura 4, salvo 0,3% e 4,9% e 1,1% que detêm respectivamente doutoramento e licenciatura e curso médio/profissional, seguido de 10% com o ensino secundário, a grande maioria detém baixas qualificações: 18,3% com 6º e/ou 9ª ano, 42,9% com ensino básico, 16,2% que, embora saiba ler e escrever, não frequentou a escola básica e 6,5% de analfabetos em sentido literal.

A fim de aferirmos o nível de escolaridade das mães dos/as inquiridos/as, a figura 5 oferece-nos um mapa da sua distribuição:



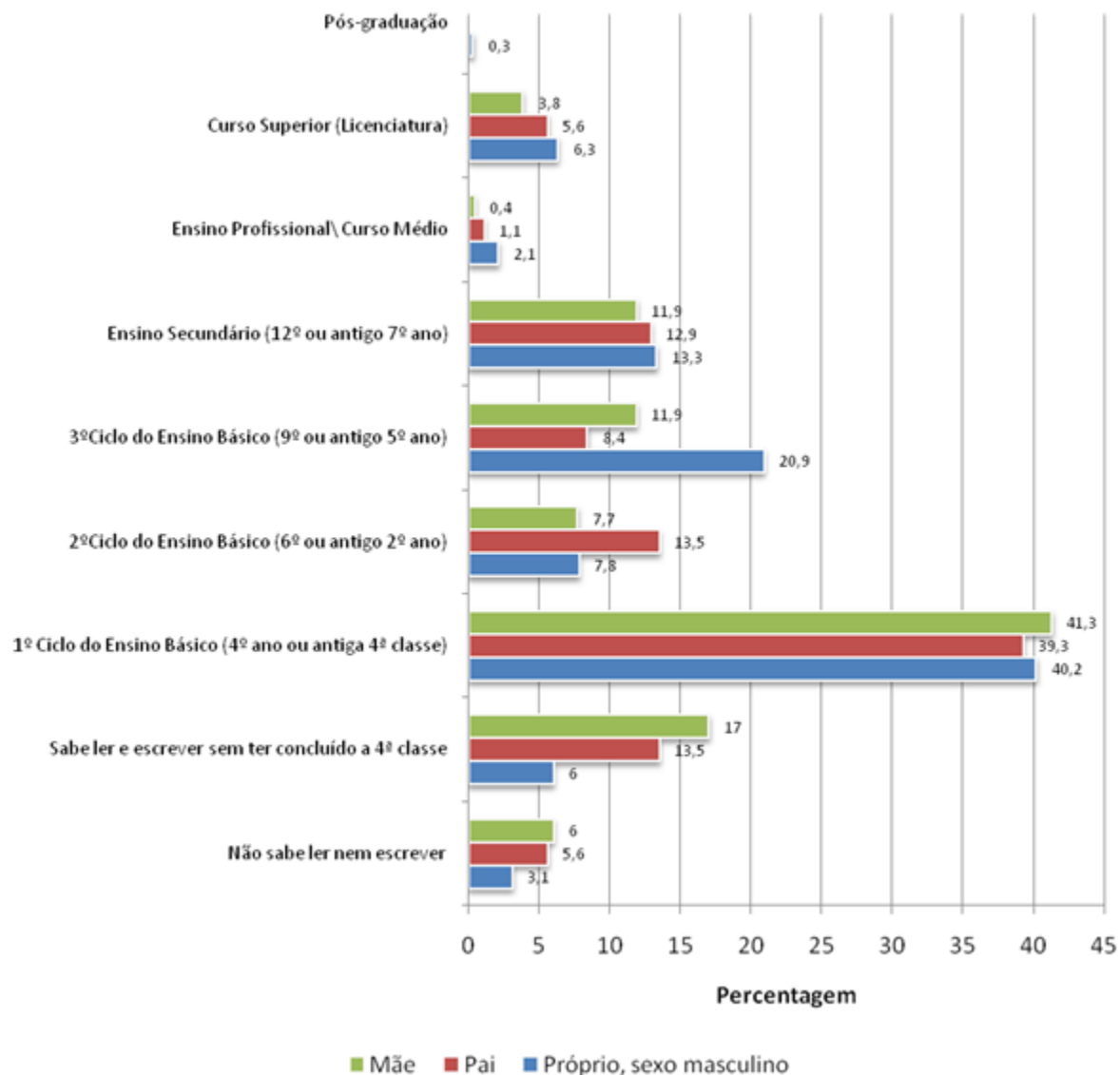
**Figura 5: Escolaridade da mãe (%)**

Fonte: IDG, 2011; N=486

Tratando-se das mães das pessoas inquiridas, os resultados são indiciadores de uma alta taxa de analfabetismo (9,1%) e de baixa escolaridade com 48% (40,1% com quarta classe e 8,2% com o 6º ano ou antigo 2º ano), perfazendo um total de 57% das mães dos inquiridos. Seguem-se franjas intermédias de 19,8% com o 5º e o 7º ano, mas a partir daí são verdadeiramente residuais, ou seja, apenas 0,4% mulheres tinham curso profissional e 3,1% curso superior graduado ou pós-graduado. Reagrupando os dados por escalões de escolaridade, constatamos que as mães dos inquiridos situam-se nos escalões baixos ou muito baixos de escolaridade. Contabilizando as que tiveram menos de 4 anos de escolaridade e as que são detentoras do certificado da 4ª classe chega-se a 68,5%, a que se seguem 18,7% entre 5 e 9 anos de escolaridade e 9,7% com o 12º ano e/ou ensino profissional, restando uma taxa muito baixa de mulheres com o curso superior (3,1%). Por outras palavras, as mães dos/as inquiridos/as são menos escolarizadas do que os pais. Esta constatação leva-nos também a concluir que a feminização do ensino superior é um fenómeno recente, pelo que as mulheres mais velhas são afectadas com maior intensidade por níveis educacionais limitados.

Interessa agora conhecer o grau de mobilidade escolar dos/as inquiridos/as face aos seus pais e mães. Atentemos pois às figuras que se seguem.

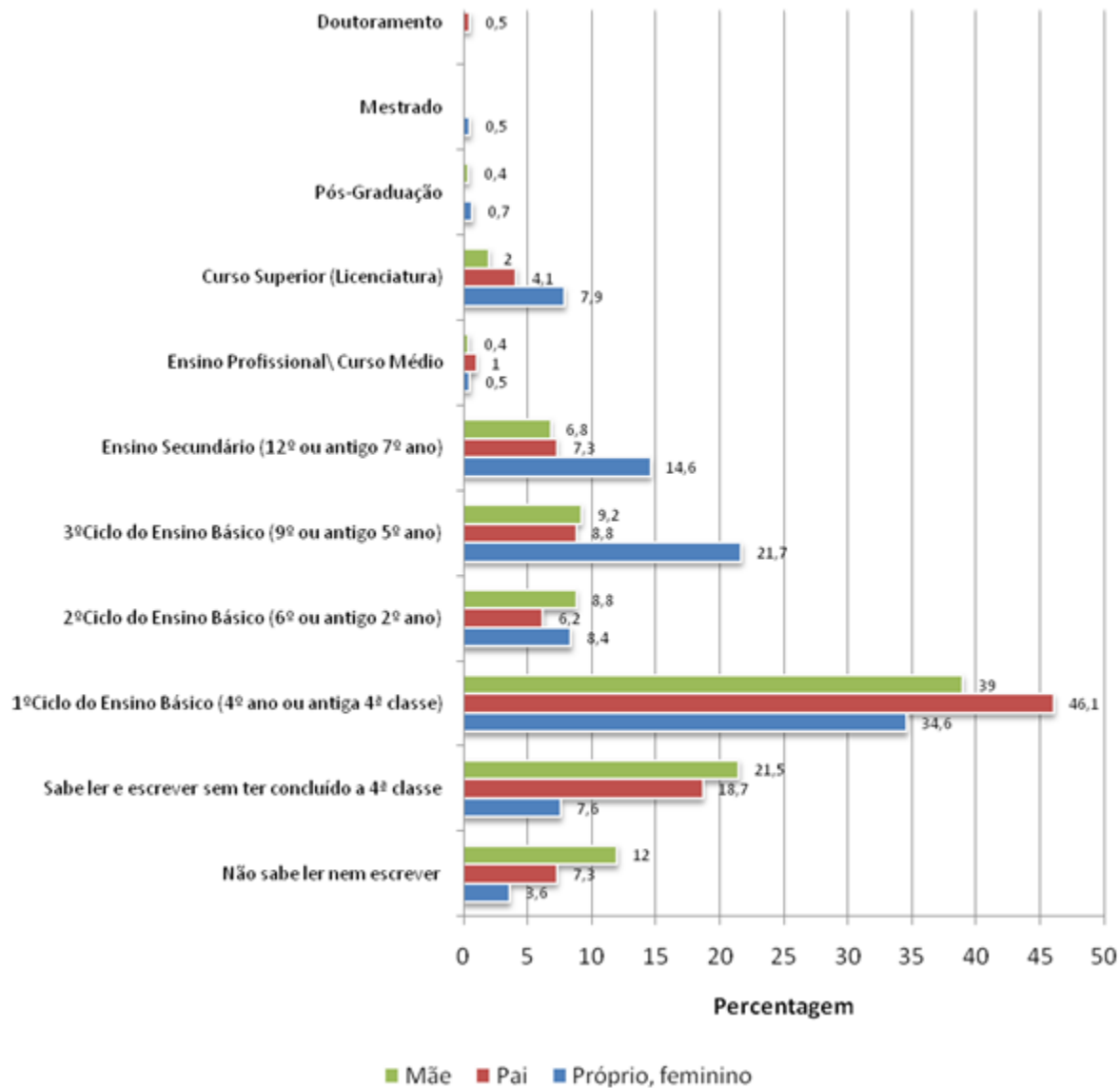
**Figura 6: Escolaridade do próprio vs a do pai e da mãe: homens (%)**



Fonte: IDG, 2011; N=371

Da figura 6 ressalta que, de uma forma geral, os inquiridos homens possuem níveis de escolaridade superiores aos da mãe e do pai, pelo que se observa maior representatividade dos progenitores nas categorias mais desprovidas de recursos educacionais. Notam-se igualmente tendências semelhantes de escolaridade entre o pai e a mãe dos inquiridos, não se evidenciando disparidades acentuadas a este nível. Apenas na categoria que se refere ao 2º Ciclo do ensino básico se percebe uma diferença que ronda os 6%. A análise referente às mulheres inquiridas demonstra uma situação ligeiramente diferente, como evidencia a figura que se segue.

**Figura 7: Escolaridade do próprio vs a do pai e da mãe: mulheres (%)**



Fonte: IDG, 2011; N=371

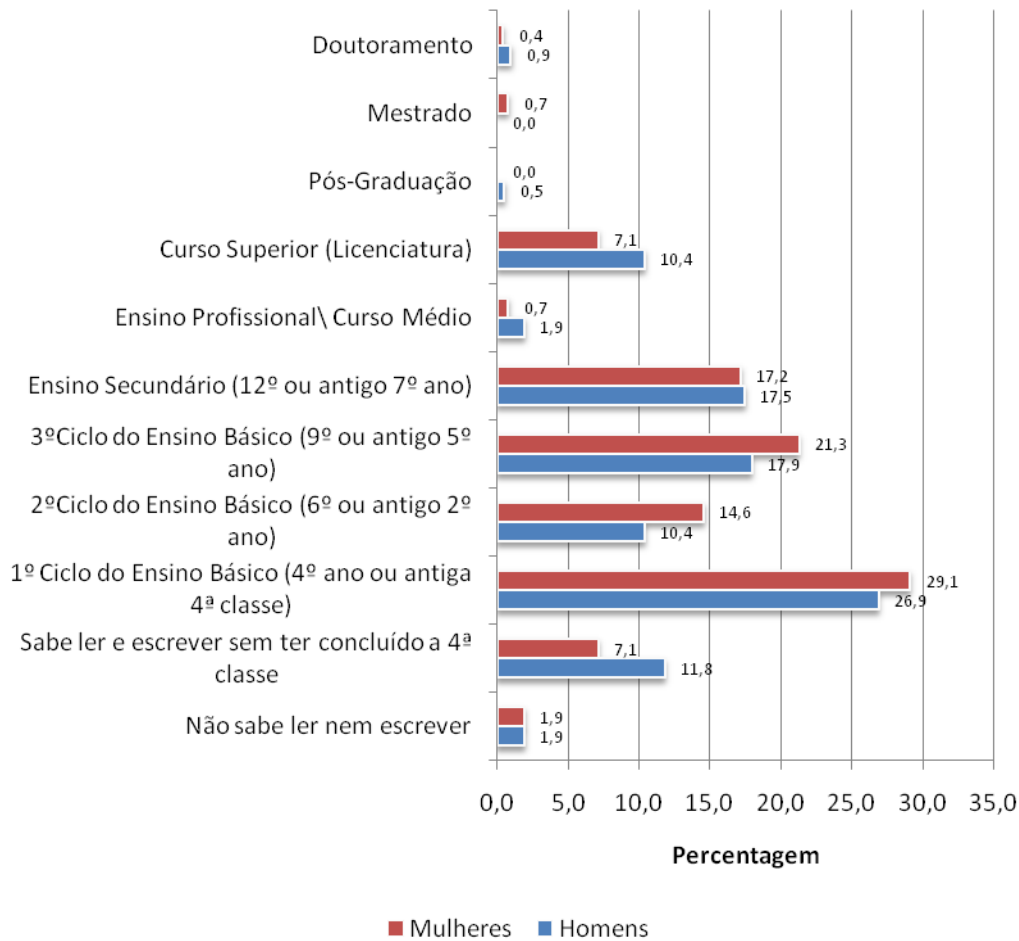
Quanto à escolaridade dos progenitores das inquiridas, destaca-se, por um lado, tal como no caso progenitores dos homens, uma concentração nos níveis escolares mais baixos e, por outro, uma menor representatividade em níveis educacionais mais elevados em relação ao gráfico anterior. Evidencia-se, como categoria modal, tanto para os pais como para as próprias respondentes o 3º Ciclo do Ensino Básico. De um modo geral, as mulheres beneficiam de mais anos de integração no sistema de ensino.

### 3.3 Níveis de escolaridade por sexo: inquiridos e (ex)cônjuges)

Questionadas as pessoas inquiridas relativamente à escolaridade do (ex)cônjuge, pudemos verificar que a maioria detém baixas ou médias escolaridades: para além de 1,9% de analfabetos e 9,2% que sabe ler e escrever mas não concluiu a 4ª classe, há 28,11% com a 4ª classe, 12,7% com o 2º e 19,8% com o 3º ciclo, o que perfaz um total de 71,7% com baixas qualificações. Já num pólo oposto de

escolaridade média ou elevada, há a notar 18,6% com ensino secundário ou profissional/curso médio, 8,5% com curso superior e 1,2% com pós-graduação, incluindo mestrados e doutoramentos (IDGPC, 2011). Se diferenciarmos por sexo, a figura 8 mostra-nos os resultados obtidos:

**Figura 8: Escolaridade do (ex) cônjuge por sexo do inquirido (%)**

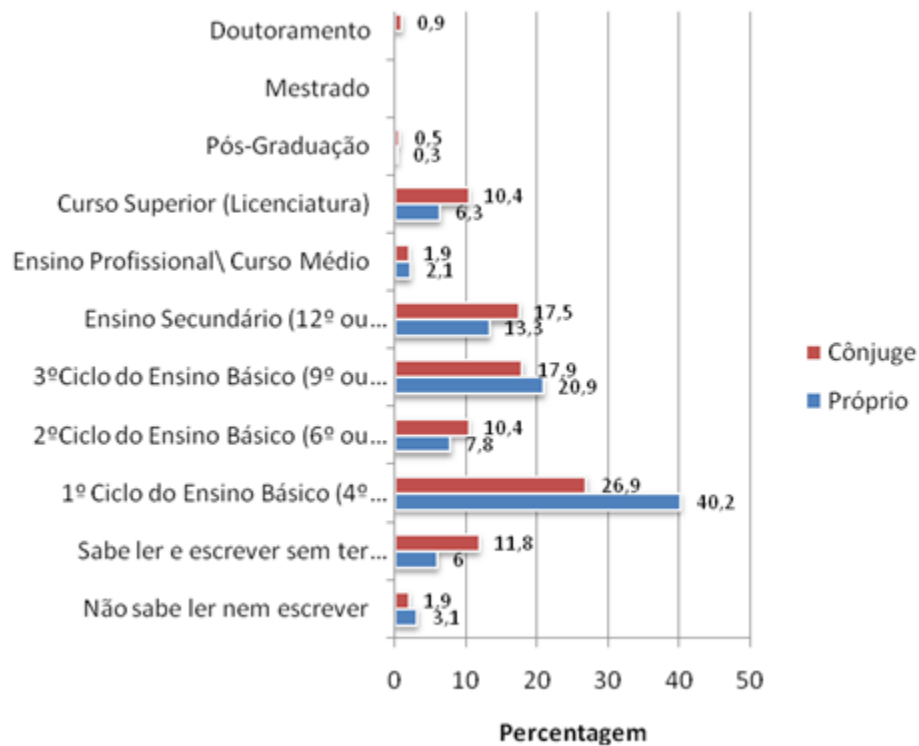


Fonte: IDG, 2011; N=480 (212 Homens; 268 Mulheres)

Os resultados da figura 8, dados por sexo, mostram que não há diferenças consideráveis, anulando-se mutuamente no escalão seguinte próximo: por exemplo, entre os que sabem ler sem ter concluído a 4ª classe (11,8% vs 7,1% a favor dos homens), contrabalançado no 1º, no 2ª e no 3º ciclos em que são as mulheres que superam os homens. Porém, os homens mantêm uma percentagem maior no que respeita a conclusão da licenciatura, mestrado e doutoramento (11,8% para homens vs 8,2% de mulheres), não se verificando ainda o efeito da maior percentagem de mulheres nos cursos de graduação e pós-graduação, nomeadamente desde 1995.

Semelhantes resultados se obtêm sobre os escalões de escolaridade por sexo de inquirido. Solicitados a declarar a escolaridade por sexo, verifica-se uma maior percentagem de homens nos extremos, quer nos escalões com menos de 4 anos de escolaridade, quer nos dois últimos escalões, ou seja, 12º ano/ensino profissional e no ensino superior. Estes dados são denotativos da real desvantagem das mulheres, resultados que não se podem extrapolar para o total de inquiridos e, muito menos, em relação ao universo das mulheres no país.

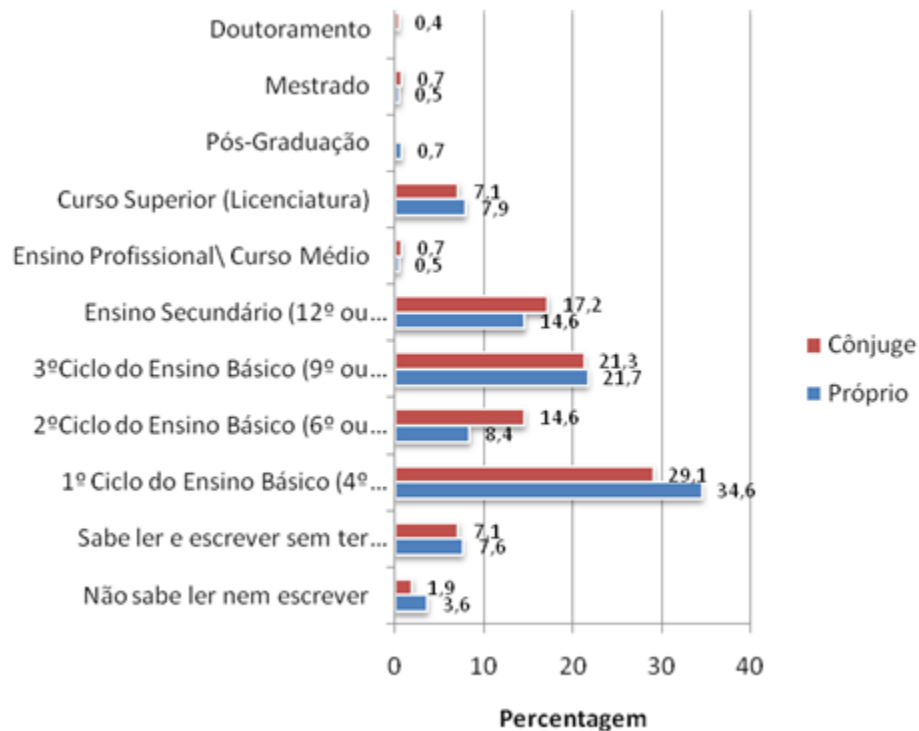
A seguinte figura compara os níveis de escolaridade dos respondentes homens vs os dos seus cônjuges.

**Figura 9: Níveis de escolaridade dos inquiridos homens vs. do/a (ex)cônjuge (%)**

Fonte: IDG, 2011; N=239

Em primeiro lugar, averigua-se que os respondentes têm uma taxa de analfabetismo mais elevada do que os seus cônjuges, 3,1% e 1,9%, respectivamente. No entanto, são os cônjuges com 11,8% que mais se destacam na categoria sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola para apenas 6% dos respondentes. Para ambos os casos, a categoria modal é o 1º Ciclo do Ensino Básico. Não obstante revelarem níveis de escolaridade semelhantes nas restantes categorias, é notória a presença mais significativa dos cônjuges nas categorias referentes à Pós-Graduação e no Doutoramento. Aliás, nesta última, apura-se a ausência de respondentes e uma presença de cônjuges situada nos 0,9%.

Procedendo ao mesmo tipo de análise mas com enfoque analítico no caso das mulheres, repara-se logo à partida taxas de analfabetismo e de saber ler e escrever, sem frequentar a escola, mais acentuadas para as mulheres, como demonstra a figura que se segue.

**Figura 10: Níveis de escolaridade das inquiridas mulheres vs. do (ex)cônjuge (%)**

Fonte: IDG, 2011; N=320

À semelhança dos seus parceiros, a categoria modal de escolaridade das mulheres inquiridas é o 1º Ciclo do Ensino Básico, tendência similarmente identificada no gráfico examinado anteriormente. Genericamente são os parceiros que ostentam níveis de escolaridade mais elevados, com destaque para as últimas categorias, 0,7% dos cônjuges é mestre, comparativamente a 0,5% das mulheres e apenas eles, exactamente 0,4%, são doutorados.

### 3.4 Escolaridade dos filhos dos inquiridos/as por sexo

No âmbito desta investigação considerou-se pertinente observar a escolaridade dos filhos dos inquiridos:

**Quadro 1: Escolaridade dos filhos dos inquiridos (%)**

Escolaridade	Percentagem de casos válidos					
	Filho 1	Filho 2	Filho 3	Filho 4	Filho 5	Filho 6
Não sabe ler nem escrever	12,2	10,9	8,5	11,4	8,3	-
Sabe ler e escrever sem ter concluído a 4ª classe	8,1	8,2	4,7	2,9	8,3	-
1º Ciclo do Ensino Básico	10,0	10,6	17,9	17,1	33,3	33,3
2º Ciclo do Ensino Básico	11,6	14,0	17,9	28,6	33,3	33,3
3º Ciclo do Ensino Básico	19,8	25,3	16,0	14,3	-	16,7

Ensino Secundário	23,6	17,4	18,9	17,1	8,3	-
Ensino Profissional/ Curso Médio	1,8	2,4	,9	-	-	-
Curso Superior (Licenciatura)	11,8	10,2	13,2	8,6	8,3	16,7
Pós-Graduação	,4	-	-	-	-	-
Mestrado	,4	,3	-	-	-	-
Doutoramento	,2	,7	1,9	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IDG; 1ºfilho: N=497; 2ºfilho: N=299; 3ºfilho: N=109; 4ºfilho: N=36; 5ºfilho: N=13; 6ºfilho: N=7

Estes dados terão que ser contextualizados, pois há resultados que podem falsear a realidade tal como, por exemplo, a elevada taxa de filhos que não sabem ler nem escrever, simplesmente porque têm menos de 7 anos, podendo o mesmo dizer-se de outros escalões de filhos que ainda não completaram o seu tirocínio escolar. Em todo o caso, os resultados relativos aos níveis de escolaridade básica e secundária não se afastam das médias nacionais.

Não obstante sobressaia uma progressiva inclusão das mulheres no sistema de ensino, essa conquista não encontra precedentes na transição para o mercado de trabalho, sendo ainda persistente a segregação profissional com base no género nomeadamente no tipo de cargos, tarefas e remuneração auferido. As mulheres, embora cada vez mais escolarizadas, estão mais sujeitas ao desemprego, a níveis de remuneração inferiores e a vínculos contratuais marcados pela incerteza de continuidade de trabalho. A inserção da mulher no mercado de trabalho está longe de ser uma integração plena ou mesmo igualitária comparativamente à dos pares masculinos. Dentro deste quadro, a variável género é explicativa de muitas das dinâmicas que se desenrolam (e perpetuam) dentro das dinâmicas laborais. Ainda assim há que ter sempre em conta variáveis como os níveis educacionais, a classe social e as expectativas e valores, de forma a compreender mais aprofundadamente as desigualdades de género.

As mulheres estão, de uma forma genérica, mais sujeitas ao desemprego do que os homens, “estão mais fragilizadas no mercado de trabalho na medida em que predominantemente ocupam postos de trabalho pouco qualificados e contratualmente precários, os quais são objecto privilegiado de redução em momentos de crise económica e de contracção dos custos salariais das organizações” (Gonçalves, 2005: 133).

Daqui decorre que “apesar deste crescimento continuado do número de diplomadas do ensino superior, é importante sublinhar que o exemplo mais evidente de que o diploma de ensino superior não tem um valor universal, encontra-se nas diferenças que se verificam entre diplomados e diplomadas.” (Alves, 2005: 120). As jovens diplomadas são mais afectadas pelo desemprego e pela precariedade contratual. “O facto de ser *homem* ou *mulher* faz com que um mesmo diploma de ensino superior assuma valores diferenciados de utilização na vida activa” (Alves, 2004: 243). Subsiste portanto uma associação entre o género e a transição para o trabalho.

Outro aspecto a ressaltar no nosso estudo é de mobilidade educacional ascendente dos inquiridos em relação aos seus pais. Daqui decorre que a mobilidade educacional ascendente parece ser mais intensa no caso das mulheres. Na sequência dessa comprovação é possível corroborar novamente a tese de aquisição de capital educacional por parte das mulheres, revelando trajectos mais promissores.

#### 4. Conclusão

No presente texto começamos por constatar algumas mudanças positivas não só em termos jurídico-políticos mas também em termos sociais, culturais e simbólicos no que concerne os direitos e o tratamento paritário de homens e mulheres na sociedade. No entanto e apesar dos relativos avanços, persistem algumas assimetrias de género. Neste texto fixamo-nos, com base nos resultados do referido inquérito a nível de Portugal continental, acerca das assimetrias de género e sua progressiva diminuição na esfera da educação. Assim, foi possível constatar que, se as mães dos inquiridos revelavam maiores taxas de analfabetismo e/ou detinham habilitações mais baixas, sobretudo nos grupos profissionais menos qualificados, na geração seguinte e, em particular, na actualidade, verifica-se uma ligeira vantagem de qualificação por parte das mulheres. Tal não significa, porém, que essa vantagem escolar ou académica se traduza em posições melhores reumenaradas ou posições de poder mais destacadas. Em todo o caso, há a salientar esta proximidade no campo educacional, o que certamente não vai deixar de surtir os seus efeitos mais sustentados a médio e longo prazo.

#### Bibliografia

- AMÂNCIO, Lúcia (1994), Masculino e Feminino. A construção social da diferença, Porto:Afrontamento.
- ALMEIDA, Ana Nunes; VIEIRA, Maria Manuel (2006), A escola em Portugal. Lisboa: ICS.
- ALVES, Natália (2005) Trajetórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados 1999-2003, Lisboa. Reitoria da Universidade de Lisboa.
- AMÂNCIO, Lúcia (1993) “Género – representações e identidades” in Sociologia – Problemas e Práticas, 14:127-140.
- AMÂNCIO, Lúcia (1994), Masculino e Feminino. A construção social da diferença, Porto:Afrontamento.
- ARAÚJO, Helena Costa (2000) Pioneiras na Educação – as Professoras Primárias, Contextos, Percursos e Experiências em Portugal, 1870-1933, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- BOURDIEU, Pierre (1972), “Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction” in Annales, ano XXVII, 4-5: 1105-1127.
- ARAÚJO, Helena C. (2010) “Escola e construção da igualdade no trabalho e no emprego” in FERREIRA, Virgínia, (org) A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal. Políticas e Circunstâncias. Lisboa: Comissão para Igualdade no Trabalho e Emprego.
- BOURDIEU, Pierre (1972), “Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction” in Annales, ano XXVII, 4-5: 1105-1127.
- BOURDIEU, Pierre (1980), Le sens pratique, Paris: Minuit.
- CHAGAS, Margarida; PERISTA, Margarida (2010), “Trinta anos de educação, formação e trabalho: convergências e divergências nas trajetórias de mulheres e homens” in V. Ferreira (org.) (2010) A



igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal. Políticas e Circunstâncias. Lisboa:Comissão para Igualdade no Trabalho e Emprego

COSTA, Adélia (1992), Representações de homens e mulheres, Portugal 1991, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das mulheres.

COSTA, António Firmino, MACHADO, Fernando Luis, ALMEIDA, João Ferreira de, AVILA, Patrícia (2007), “Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional” in Sociedade e Conhecimento (Portugal no Contexto Europeu), vol. II: pp 5-20, in A.F. Costa, F. L. Machado, e P. Avila, Lisboa: Celta Editora.

FOUCAULT, Michel (1994), História da sexualidade. I. A vontade de saber, Lisboa: Relógio d'Água.

FREUD, Sigmund {1975 (1946)}, Abrégé de psychanalyse, Paris:Presses Universitaires de France.

GARNSEY, Elizabeth (1982), “Women’s Work and Theories of Class and Stratification” in A. Giddens e D. Held (orgs), Classes, Power and Conflict, Londres:Macmillan Education.

GOFFMAN, Erving (1974), Les rites d'interaction, Paris: Minuit.

GONÇALVES, Carlos (2005), - Evoluções recentes do desemprego em Portugal, Sociologia – Revista da Faculdade de Letras, nº 15, 2005: 125-163.

HARTMAN, Heidi (1982), “Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex” in A. Giddens e D. Held (orgs), Classes, Power and Conflict:446-469, Londres:MacMillan

PARSONS, Talcott (1956), “Family Structure and the Socialization of the Child” in T. Parsons e R. Bales (orgs), Family, Socialization and Interaction Process: 35-131, Londres:Routledge & Kegan Paul.

RESENDE, José Manuel; VIEIRA, Maria Manuel (2003) Educação. Portugal Social 1990- 2001, Lisboa, INE, pp. 69-90.

ROBERTS, Richard (1984), “Women’s Work and Women’s Property: Household Social Relationship in the Maraka Textile Industry of the Nineteenth Century” in Comparative Studies in Society and History, vol 26, 2:229-250.

SEBASTIÃO, João (1998) “Portugal, que modernidade? Os dilemas da escolaridade. Universalização, diversidade e inovação, in Viegas, J.M & Costa, A. Firmino (1998) Portugal que modernidade?. Oeiras: Celta

SILVA, Manuel Carlos (1998), Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesa no noroeste de Portugal, Porto:Afrontamento.

WEBER, Max [1978(1920)], Economy and Society, editado por G.Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.